

## TRAMA GOLPISTA

## R\$ 800 mil enviados aos EUA

Segundo a Polícia Federal, o objetivo de Bolsonaro era ficar em território americano durante a tentativa de golpe de Estado

» RENATO SOUZA

Um documento da Polícia Federal reforça a suspeita de que o ex-presidente Jair Bolsonaro tinha plena consciência da trama golpista para tentar anular o resultado das eleições e mantê-lo no cargo. A corporação aponta que o ex-chefe do Executivo fez uma transferência de R\$ 800 mil para um banco dos Estados Unidos, onde, conforme a apuração, aguardaria os desdobramentos da tentativa antidemocrática.

O dinheiro teria sido transferido no fim de dezembro de 2022, poucos dias antes de ele deixar o governo. A PF afirma que entre os recursos podem estar valores que tiveram origem no desvio de bens públicos, como jóias recebidas pela presidência durante a gestão Bolsonaro, mas que faziam parte do patrimônio da União.

“Evidencia-se que o então presidente Jair Bolsonaro, ao final do mandato, transferiu para os Estados Unidos todos os seus bens e recursos financeiros, ilícitos e lícitos, com a finalidade de assegurar sua permanência do exterior, possivelmente, aguardando o desfecho da tentativa de golpe de Estado que estava em andamento”, afirma a PF. A informação foi publicada pela jornalista Andréia Sadi, no portal G1. A reportagem do **Correio** confirmou com fontes na PF que o envio de dinheiro e a ida aos Estados Unidos estão interligados com a tentativa antidemocrática.

A corporação afirma que Bolsonaro e seu entorno “tinham a expectativa de que ainda havia possibilidade de consumação do golpe de Estado”. “Alguns investigados se evadiram do país, retirando praticamente todos os seus recursos aplicados em instituições financeiras nacionais, transferindo-os para os EUA, para se resguardarem de eventual persecução penal instaurada para apurar os ilícitos”, aponta a investigação, em documento enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF), onde corre o inquérito sobre o caso.

Ainda de acordo com as apurações, em janeiro de 2023, quando o presidente Luiz

## Passaporte

Na quinta-feira passada, a Operação Tempus Veritatis cumpriu mais de 30 mandados de busca e apreensão, tendo como alvos aliados próximos de Bolsonaro. Já o ex-presidente teve que entregar seu passaporte às autoridades. A operação investiga tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito e golpe de Estado.

Inácio Lula da Silva tomou posse, os investigados perceberam que o golpe não tinha sido consumado. “O que se concluiu é que, diante da não consumação do golpe, diversos investigados passaram a sair do país sob as mais variadas justificativas (férias ou descanso), como no caso do ex-presidente Bolsonaro e do ex-ministro da Justiça Anderson Torres”, destaca outro trecho do documento.

Atualmente, o ex-presidente está impedido de deixar o país, após ter o passaporte apreendido pela PF no âmbito da **Operação Tempus Veritatis**. Procurada pelo **Correio**, a defesa do ex-presidente não se manifestou.

## Cautelares

Outros investigados, como o general Augusto Heleno, ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), estão impedidos de saírem do país e têm de cumprir mais medidas cautelares. Por decisão do ministro Alexandre de Moraes, do STF, eles não podem manter conversas entre si, nem mesmo por meio de seus advogados.

As diligências estão em andamento desde o ano passado. No entanto, somente após a delação do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, a participação do ex-chefe do Executivo no esquema ganhou forma e foi vinculada a provas colhidas no curso das apurações. Cid deu informações sobre o papel dele próprio e de outros investigados na articulação que começou em julho de 2022 e se intensificou após as eleições.

Zack Stencil/PL



Bolsonaro argumentou que nenhum ditador ou golpista enviaria dinheiro para um país democrático que bloquearia o valor

## “Mandei dinheiro, sim. Isso não é crime”

» HENRIQUE LESSA

Em um vídeo publicado nas redes sociais, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) confirmou que realmente transferiu dinheiro para uma conta nos Estados Unidos, conforme aponta a investigação da Polícia Federal. A corporação apurou que ele fez uma operação de câmbio, em 27 de dezembro de 2022, no valor de R\$ 800 mil.

No vídeo, Bolsonaro, sorrindo, confirmou a transferência e, ironizando as conclusões da PF, garantiu que nenhum ditador ou golpista enviaria dinheiro para um país democrático que bloquearia o valor. Disse que mandou o montante por medo da política econômica do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a quem chamou de “mandatário de esquerda”.

“A imprensa vem noticiando

que, segundo a Polícia Federal, eu enviei, em dezembro de (20)22, para os Estados Unidos R\$ 800 mil, na espera de um golpe. Primeiro, enviei, sim, da minha poupança do Banco do Brasil para o BB América. Ou seja, o dinheiro continuou em um banco brasileiro, o Banco do Brasil”, justificou o ex-presidente. “Dizer a nossa querida Polícia Federal que o último país do mundo para onde um golpista e ditador enviaria recurso seria para os Estados Unidos, porque é um país democrata e que respeita tratados e esses recursos seriam imediatamente bloqueados”, acrescentou.

O ex-governante fez questão de enfatizar que o procedimento não é crime e que muitos brasileiros seguiram o seu exemplo com medo de Lula.

“No mais, só em (20)23, brasi-

leiros enviaram para fora do país 2 bilhões e 100 milhões de dólares. Repito, isso não é crime. No mais, por que eles fizeram isso, assim como eu? Porque tínhamos dúvidas sobre a política e a economia do atual mandatário de esquerda”, frisou.

Segundo a PF, após a quebra do sigilo bancário de Bolsonaro, as investigações revelaram que, depois da transferência dos R\$ 800 mil para os EUA, o ex-presidente ficou com um saldo negativo na poupança no Brasil no valor de R\$ 111 mil. O valor foi coberto depois com recursos de um fundo de investimentos que mantém na mesma instituição.

A análise financeira da movimentação de Bolsonaro levou a PF a concluir que o ex-presidente buscava garantir a sua permanência no exterior até o desfecho de um processo de golpe que estava em curso.

## » Filho 04 é indiciado

A Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) indiciou Jair Renan Bolsonaro, filho do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), pelos crimes de falsidade ideológica, uso de documento falso e lavagem de dinheiro. Jair Renan teria falsificado as relações de faturamento da empresa RB Eventos e Mídia para angariar um empréstimo bancário. Além de o filho 04 de Bolsonaro, a Polícia Civil indiciou o instrutor de tiros Maciel Alves de Carvalho. Caberá ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) a decisão de oferecer denúncia ou não à Justiça.

## Bolsonaro pede a saída de Moraes do inquérito

» ALINE BRITO

A defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) que o ministro Alexandre de Moraes seja afastado da relatoria da investigação sobre a tentativa de golpe de Estado, da qual o ex-chefe do Executivo é alvo. Os advogados dele alegam parcialidade e, por meio de uma Arguição de Impedimento, solicitaram anulação das decisões do magistrado relacionadas ao caso.

O documento, com 17 páginas, foi protocolado na noite de quarta-feira. Na arguição, a defesa argumenta que, devido à suspeição de parcialidade, a confiabilidade do STF fica em jogo.

Bolsonaro foi alvo, na semana passada, da Operação Tempus Veritatis, da Polícia Federal, que mirou envolvidos em uma tentativa de golpe após as eleições presidenciais de 2022. A ação, autorizada por Moraes, com aval da Procuradoria-Geral da República (PGR), cumpriu 33 mandados de busca e apreensão, além de quatro mandados de prisão preventiva, todos relacionados ao ex-presidente e pessoas próximas a ele.

De acordo com a defesa de Bolsonaro, Moraes aparece no documento como “vítima central das supostas ações que estariam sendo objeto da investigação”. Por esse motivo, alega conflito de interesse e pede que o ministro seja afastado, e as decisões assinadas por ele, declaradas nulas.



**A narrativa criada pelo próprio ministro deixa claro seu envolvimento na relação processual ao sentir que as ações supostamente perpetradas pelos investigados o tinham como alvo”**

**Trecho do requerimento apresentado pela defesa de Bolsonaro**

“Ao longo das 135 laudas da decisão, mais de 20 (vinte) menções à pessoa do relator são feitas, bem como são delineados episódios que expõem a vulnerabilidade do magistrado frente ao suposto monitoramento e plano elaborado pelos investigados, delineando um contexto que torna evidente, e fortemente questionada, a sua imparcialidade objetiva e subjetiva para decidir nestes autos, dada sua posição de vítima”, diz o documento.

A arguição, endereçada ao presidente do STF, ministro Luís Roberto Barroso, ainda pede que

Antonio Augusto/SCO/STF



Para a defesa do ex-presidente, Moraes se colocou na posição tanto de vítima quanto de julgador

o caso seja redistribuído “às autoridades competentes pelos critérios de distribuição livre”.

## Contestação

Especialistas ouvidos pelo **Correio** discordam da argumentação da defesa. O professor de direito constitucional da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB) Mamede Said destacou que “o ministro não é vítima dos crimes que são objetos de apuração”. “Basicamente, há dois crimes: tentativa de golpe de Estado e tentativa de

abolição do Estado Democrático de Direito”, frisou.

Segundo Said, “se a gente aceitar que o Moraes seja impedido — coisa que não ocorre na fase do inquérito policial, somente quando o processo estiver instaurado, na fase propriamente judicial —, tem de declarar impedida a maioria dos ministros da Corte, porque Luís Roberto Barroso, Edson Fachin e Gilmar Mendes foram alvos de ataques tanto quanto o Moraes”. “Então, é totalmente despropositado falar que há conflito de interesses, até porque quem preside o inquérito é a autoridade

policial, o juiz apenas exerce o papel de garantir os direitos fundamentais, para que o ordenamento jurídico seja obedecido pelas autoridades policiais”, esclareceu.

A jurista Evelyn Melo, integrante da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (AbraDep), compartilha da mesma opinião. “Ocorre que, na representação policial, também são citados os ministros Luís Roberto Barroso, Edson Fachin, Gilmar Mendes, e seguindo a linha argumentativa da defesa de Bolsonaro, todos esses ministros igualmente seriam parciais”, disse.

## Caso de Roma

A Polícia Federal (PF) encerrou o inquérito sobre as hostilidades ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), no aeroporto de Roma, na Itália, em julho do ano passado, e concluiu que o empresário Roberto Mantovani Filho cometeu o crime de “injúria real” por ter agredido o filho do magistrado.

O delegado Hiroshi de Araújo Sakaki enviou, ontem, o relatório final da investigação ao STF. Ele concluiu que, a partir das imagens das câmeras de segurança, que não têm som, não foi possível cravar se houve troca de ofensas.

Em contrapartida, afirmou que o tapa no rosto do filho de Moraes foi registrado com “clareza” e, por isso, o empresário poderia ser enquadrado criminalmente.

“Tal conduta se amolda ao tipo penal da injúria real, previsto no art. 140, §22, do Código Penal, que se caracteriza pelo emprego de violência ou vias de fato — sendo estas juridicamente compreendidas como atos agressivos que, no entanto, não provocam lesões corporais — para ofender a dignidade ou o decoro de alguém”, diz um trecho da representação.

A PF, no entanto, não pediu o indiciamento, por ser um crime de menor potencial ofensivo e cometido fora do país.